

ACM critica condução da reforma tributária

Rio - Ao lado dos ministros do Planejamento, Antônio Kandir, e da Fazenda, Pedro Malan, o presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), criticou ontem, durante o 9º Fórum Nacional do BNDES, o modo como o Governo está conduzindo algumas reformas. Magalhães disse que a reforma tributária, que considera fundamental, nem sequer está sendo tratada pelo Governo. "É mais cômodo a aprovação do Fundo de Estabilização Financeira (FEF), mas do jeito que está, isto não vai ser aprovado, porque representa perda de 30% no orçamento de Estados e municípios".

De acordo com ACM, o Governo terá de saber negociar. "Porque hoje é muito mais fácil aprovar a reforma tributária do que o FEF, mas infelizmente esta

não é nem a quinta prioridade do Governo". O senador disse ainda que a emenda da reforma administrativa foi "politicamente mal encaminhada pelo Governo à Câmara de Deputados". Segundo ele, a emenda é muito grande, "parece um livro", e deveria ter se concentrado em itens principais. "Acho que essa emenda só vai ser aprovado no fim do ano, e assim mesmo ela representa uma reforma capenga".

Ponto de vista - O ministro Pedro Malan sustentou, porém, que tem convicção de que o FEF será aprovado e concluiu: "Os parlamentares devem pensar no que será bom para o País e não para esse ou aquele município".

Realizar uma reforma tributária no Brasil, segundo Malan, é uma tarefa das mais complexas, pois exige a participa-

ção de estados e municípios. "Estamos em uma democracia e as reformas são negociadas", afirmou.

O ministro descartou mudanças na política cambial, apesar do aumento do déficit em conta corrente e dos problemas na balança comercial. "É um equívoco este excesso de preocupação em acompanhar o dia-a-dia da balança comercial", afirmou. O déficit de transações correntes está sendo financiado, de acordo com o ministro, pelo capital da melhor qualidade. Os investimentos diretos externos são responsáveis pelo financiamento de 40% desse déficit e outra parte vem sendo coberta pelas emissões de papéis do setor público e privado no exterior, com taxas e prazos cada vez mais favoráveis.